

Agradecimentos:

Aos meninos e meninas da Fundação Xuxa Meneghel pelas ilustrações apresentadas nesta publicação.

À Tatiana Araújo pelo trabalho primoroso ao longo da consulta com as crianças e pela sistematização das idéias que deram origem a este artigo.

À Claudia Leão, pela orientação e generosidade em compartilhar o seu saber e criatividade.

Agradecemos também à equipe do Programa de Saúde da Família de Cancela Preta, especialmente à Sayonara de Lima Cabral e Fernanda Januário, pelo apoio e parceria.

À Associação de Moradores de Cancela Preta que proporcionou o espaço adequado para a realização dos encontros com as crianças.

À Save the Children Suécia e à Bernard van Leer Foundation pelo apoio para a realização do Projeto Crianças Sujeitos de Direitos.

E à todas as meninas e a todos os meninos que participaram desta pesquisa, queremos dizer um muito obrigada por terem nos permitido conhecer suas histórias que, certamente, influenciarão outras histórias e outras vidas de outras tantas crianças...



Consulta com crianças sobre castigo físico e humilhante: relato de uma experiência no Rio de Janeiro, Brasil

Simone Gomes, Marianna Olinger e Isadora Garcia

Nesse artigo, apresentamos o processo de consulta com crianças de idades entre 5 a 12 anos, realizada em 2004 pelo Promundo, em uma comunidade de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia da consulta será o tema principal, considerando as especificidades do grupo consultado, assim como o local e as etapas do processo. Por fim, faremos uma reflexão sobre os discursos infantis sobre o castigo físico e humilhante, as razões que as crianças imaginam que seus pais têm para a aplicação desses castigos e as conseqüências para as crianças do recebimento dessas punições.

Esta consulta se insere no contexto do projeto **Crianças Sujeitos de Direitos**, que, com o apoio da Save the Children Suécia e da Fundação Bernard van Leer, visou avaliar o impacto de um projeto de intervenção com pais e cuidadores sobre estratégias positivas de educação para reduzir a violência intrafamiliar contra crianças. As estratégias positivas de educação, são, segundo Durrant (2007) aquelas formas educativas que não utilizam a violência física e psicológica e que promovem o desenvolvimento físico, emocional e social dos filhos de forma saudável e participativa. O projeto procura desconstruir crenças sobre o desenvolvimento infantil, que justificariam o uso do castigo físico e humilhante, entendido como toda disciplina infligida a criança que utilize a força física e/ou a humilhação, comumente adotados por pais e mães, que mascaram uma violência tida como “menor”.

Dentro desse contexto a consulta teve como principal objetivo investigar mais a fundo as medidas disciplinares utilizadas por pais/mães e/ou cuidadores, as opiniões e sentimentos das crianças a respeito destas medidas, as alternativas sugeridas pelas crianças para castigos físicos e humilhantes e averiguar a existência de espaços de promoção da participação infantil dentro da família. Além disso, a consulta forneceu subsídios para a construção de uma Escala de Aceitabilidade ao Castigo Físico, bem como para a criação do roteiro do vídeo “Era uma vez uma família” e de um currículo educativo de intervenção com os pais. Todos esses materiais foram utilizados no âmbito do projeto “Crianças – Sujeitos de Direitos”. A ONU, através do seu estudo sobre a violência contra a criança de 2006¹, identificou a violência como um tema importante no discurso infantil, além de chamar a atenção para a necessidade de levar em conta as definições de violência das próprias crianças. O estudo também buscou ouvir as opiniões infantis sobre práticas participativas na família e possíveis estratégias de prevenção das diversas violências sofridas e infligidas. A participação ativa das crianças em consultas sobre a violência é importante, pois dá voz as crianças sobre algo vivenciado pelas mesmas, subsidiando ações futuras que embasem receios infantis não mediados pela opinião dos adultos.

Em uma sociedade em que as crianças são tidas como seres em formação, é comum escutarmos perguntas sobre porque ouviríamos as crianças ou se o que elas têm a nos dizer é importante. Perguntas como essas têm como base a crença em uma falta de capacidade infantil para elaborar opiniões sobre o que vivenciam no seu dia a dia. Nós acreditamos que ao ouvi-las estamos respeitando seus direitos, e elas estão contribuindo para o desenvolvimento de programas que as têm como principais beneficiárias.

¹ Ver: <http://www.violencestudy.org>

² Ver: http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php



A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989)¹, documento mais importante em termos dos direitos das crianças e adolescentes no mundo, em seu artigo 12, fala do direito das crianças de exprimirem suas opiniões livremente sobre todas as matérias pertinentes a elas, levando-se devidamente em conta suas opiniões em função da idade e maturidade.

Buscamos aqui relatar que é possível ouvir as crianças e considerar válidas suas visões de mundo, sentimentos, pensamentos, crenças e opiniões. A utilização de uma metodologia de coleta de dados específica, que leve em consideração o desenvolvimento constante das capacidades infantis possibilita essa escuta infantil. Acreditamos que somente na medida em que as crianças são escutadas é que se pode reconhecer como elas vêem a educação que recebem dos seus pais e qual o uso que fazem do que recebem.

Além disso, existem realidades sociais que somente a partir da perspectiva infantil e dos seus universos específicos podem ser descobertas, apreendidas e analisadas. As crianças também constroem os seus “mundos sociais”, isto é, constroem o ambiente que as rodeia e a sociedade mais abrangente em que vivem (Pinto, 1997). Outras razões para que as crianças sejam ouvidas em pesquisas e consultas são: diminuir o uso de opiniões estereotipadas sobre o que crianças pensam em determinados contextos (afinal o contexto influi no que elas pensam); mostrar que a experiência infantil pode ser diferente do que o esperado ou entendido pelos adultos em determinada situação; reconhecer que as competências infantis podem contribuir para diminuir a distância entre os mundos das crianças e dos adultos, e perceber que as crianças podem ser parceiros sociais poderosos, com benefícios para suas famílias e comunidades. Logo, é preciso que as crianças sejam ouvidas em consultas e pesquisas que pretendam dizer algo sobre o seu mundo, pois tradicionalmente tais estudos são feitos sem levar em consideração as opiniões das principais interessadas, as crianças.

Podemos observar uma transição do olhar sobre as crianças, na medida em que, anteriormente, eram objeto de estudo apenas em suas características, o papel que seu sexo, idade ou índole desempenha em um comportamento específico. Com a atual emergência da sociologia da infância, houve uma contribuição para mostrar que as crianças sabem se expressar a respeito de suas experiências. Como toda coletividade social, as crianças constroem e compartilham uma cultura que lhes é específica e o que pensam nem sempre corresponde ao que os pais acreditam que elas pensam. Ao levar mais em consideração o ponto de vista das crianças, o sentido que atribuem à sua socialização e a sua experiência, poderemos avaliar melhor a influência da educação parental (Montadon, 2005).



Metodologia

Existem diversas formas de nos expressarmos, mas, devido ao processo de escolarização formal que privilegia a comunicação verbal e a escrita, além do raciocínio lógico, nossa capacidade de nos comunicarmos por formas não verbais não são incentivadas. Por isso, o desafio de conseguir efetivamente ouvir as crianças sobre sua visão de mundo - os diferentes aspectos de sua vida - é colocado para os adultos, já que, diferentemente desses, as crianças usam outras formas de se fazer entender, além da linguagem oral.

Além disso, em uma consulta com crianças, dependendo das características pessoais de cada um/a, elas privilegiam determinada linguagem em detrimento de outras para expor seus sentimentos e opiniões de modo que se sintam confortáveis. Somado ao possível desconforto, é preciso considerar a influência do desequilíbrio de poder que sempre existirá em uma relação entre adultos e crianças, reforçado em nossa sociedade, e a influência disso nos resultados de uma investigação qualitativa com crianças.

Na nossa consulta, após uma revisão de literatura, contamos com o apoio da consultora em arte-educação Cláudia Leão, professora de Artes do Instituto Tear, no Rio de Janeiro e consultora do Instituto C&A. A metodologia proposta por Cláudia, denominada "Artes Integradas", procurou, através de métodos diferenciados, proporcionar às crianças diversas possibilidades de expressão e a triangulação dos dados coletados. Através de atividades lúdicas e reflexivas, buscamos realizar um trabalho de ampliação da leitura infantil do mundo, desenvolvemos um protocolo de pesquisa e uma metodologia de consulta baseada em grupos. Todas as atividades foram realizadas em grupo e uma consultora responsável por conduzir as atividades era uma pessoa conhecida das crianças, para gerar conforto e um sentimento de segurança, além de proporcionar as crianças a possibilidade de se exprimirem de diversas maneiras. A consulta se deu no ano de 2004, em uma comunidade denominada Cancela Preta, localizada no Bairro General Afonso de Carvalho (Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro). O local foi escolhido pela possibilidade da realização da pesquisa do projeto "Crianças – Sujeitos de Direitos" acontecer lá. Cancela Preta é uma comunidade urbanizada e a maioria dos moradores possui uma renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos³.

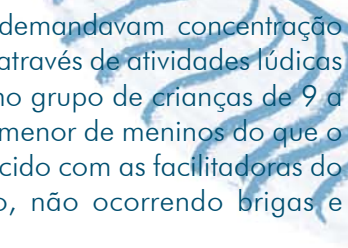
As famílias consultadas foram contatadas através de uma parceria entre o PSF- Programa de Saúde da Família⁴ e a Associação de Moradores local. Os encontros foram acompanhados por duas agentes de saúde do PSF e um documento foi distribuído, no ato das inscrições, com as informações necessárias sobre a consulta e um formulário de autorização para os pais consentindo que seus filhos participassem. Foi realizada uma reunião com todos os pais e/ou cuidadores para sanar quaisquer dúvidas.

Participaram da consulta 65 crianças de 5 a 12 anos, divididas por faixa etária - 36 tinham entre 5 a 8 anos (sendo 23 meninos e 13 meninas) e 29 tinham entre 9 a 12 anos (sendo 16 meninos e 13 meninas). Deste total de crianças, cada grupo etário foi dividido em dois subgrupos. O segundo grupo (crianças de 9 a 12 anos) foi o mais participativo, talvez pelo fato de terem mais experiência em expressar-se verbalmente.

³ <http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/private/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?editionsectionid=34&infoid=326>

⁴ Definido pela Portaria N°648, de 28 de Março de 2006, o PSF é uma estratégia de reorganização da atenção primária do Ministério da Saúde, que tem como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do SUS: universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade - mediante o cadastramento e a vinculação dos usuários.





As crianças menores ficaram dispersas no princípio, pois as atividades demandavam concentração e elaboração. Apesar disso, conseguiram expressar suas idéias e opiniões através de atividades lúdicas e desenhos. Contamos com um número menor de opiniões masculinas no grupo de crianças de 9 a 12 anos do que femininas, talvez por esse grupo contar com um número menor de meninos do que o grupo de crianças de 5 a 8 anos. O relacionamento das crianças estabelecido com as facilitadoras do PSF e com a psicóloga responsável pela consulta foi muito tranquilo, não ocorrendo brigas e desentendimentos.

As atividades da consulta foram divididas em nove encontros semanais com duas horas de duração. O número nove foi estabelecido pois levamos em consideração que alguns temas exigem maior cuidado e sensibilidade, as crianças precisam se sentir confortáveis antes de falar sobre assuntos de foro íntimo. Primeiro as crianças compreenderam o seu lugar no grupo e, posteriormente, sentiram confiança para expressar seus sentimentos e opiniões com segurança. Neste sentido, tomamos o cuidado de não inserirmos logo nos primeiros encontros atividades específicas para investigar os temas do castigo físico e humilhante e da participação infantil na família.

Os encontros contavam com: atividades lúdicas para a integração e apresentação da consulta para que as crianças entendessem a proposta dos encontros seguintes e a utilização de um boneco que conversava com as crianças. Esse boneco falava (por meio da voz da responsável pela consulta) que de onde vêm não existe a família como a das crianças, além de ter sido utilizado como diário de campo (caderno de anotações da responsável pela consulta).

O primeiro encontro “Esquentando os motores” contou com a apresentação do grupo, da pesquisa e brincadeiras para integração das crianças. O segundo encontro “Identidade” buscou investigar a participação infantil, explorando a escolha do nome das crianças pelas famílias e a possibilidade de outras escolhas. O terceiro, quarto e quinto encontros “Pertencer à família” tiveram como objetivo que cada criança apresentasse sua família, através da fala e de desenhos, e contasse sua história. No quinto encontro foi explorado, através de um desenho em papel pardo, o nascimento das crianças e a sua vida familiar, sendo que cada criança fez perguntas para as outras sobre suas rotinas familiares.

Já no sexto encontro “Construindo juntos”, o boneco foi utilizado junto a um jogo de tabuleiro com estabelecimento de sanções e prêmios. Nesse encontro a temática das sanções foi abordada e criou-se uma brecha para falarmos do castigo físico e humilhante. O sétimo encontro “Criar” continuou a abordar o tema das sanções e castigos, com o acréscimo de uma atividade denominada “Mapa do Corpo” no final do encontro, onde as crianças identificaram os locais onde costumam sofrer castigos. No oitavo encontro “Listagem dos tipos de castigo”, através de massinha colorida e desenhos, as crianças listaram para o Boneco os castigos recebidos. E finalmente, no nono encontro “O que eu levo desta viagem” o Boneco pediu para as crianças informações sobre as famílias dos seres humanos. Esse encontro finalizou a consulta, com as crianças mencionando o que gostaram e o que não gostaram nas atividades realizadas. Os encontros foram registrados em fitas cassetes e em um diário de campo.

Após a transcrição das fitas, uma primeira leitura dos dados foi realizada juntamente com a observação das produções feitas pelas crianças (desenhos, cartazes, etc.). Seguiu-se, então, uma indexação dos dados, ou seja, as falas das crianças foram agrupadas de acordo com as categorias de análise estabelecidas.

As categorias de análise: Castigo Físico; Castigo Humilhante ; Participação Infantil na família; Família; Infância; Gênero e Faixa Etária foram estabelecidas para análise por representarem categorias importantes dentro do âmbito do projeto CSD – Crianças Sujeitos de Direitos, buscando dar conta do desenvolvimento de uma metodologia para sensibilização de pais e cuidadores em relação ao castigo físico e humilhante. A participação infantil na família foi escolhida por representar não só um fim em si mesma, mas por consideramos que essa torna propício um desenvolvimento infantil saudável. As categorias Família e Infância foram escolhidas por sua centralidade numa consulta sobre o tema da participação e violência, pois dela decorrem as representações das crianças sobre sua família e experiências.

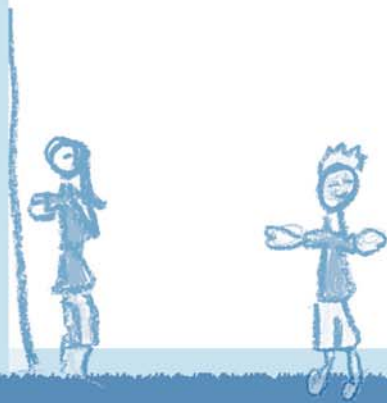
Já as categorias Gênero e Faixa etária constaram na indexação da análise por acreditarmos que essas são determinantes nas falas infantis. O modo como meninos e meninas são socializados, assim como sua idade, são fatores que influenciam na forma expressão no grupo. Os conteúdos dos desenhos e cartazes feitos pelas crianças também foram levados em consideração. Este processo de indexação foi realizado de acordo com a faixa etária dos grupos (5 a 8 anos e 9 a 12 anos).

Os encontros tinham como temática principal a família, variando de situações típicas do cotidiano - com exemplos de situações enfrentadas pelas crianças e seus pais e mães, para que elas pudessem falar de suas experiências e das diferentes configurações familiares - com a apresentação das famílias pelas próprias crianças (discurso, desenho, teatro). As opiniões das crianças sobre o que gostavam e o que não gostavam em suas famílias, também foram ouvidas. A partir do sexto encontro, discutimos as práticas educativas, com ênfase no castigo físico, tratando do tema com a sensibilidade que ele requer.

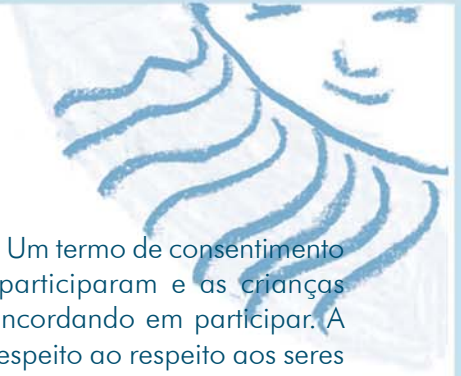
O processo de análise seguiu duas etapas: 1) por faixa etária e; 2) entre as faixas etárias. As falas foram analisadas pela abordagem qualitativa da análise do discurso. Compreendemos a linguagem como uma ação situada socialmente, entendendo que a mesma não é um dado objetivo, ou transmissor de uma realidade dada. Ou seja, levando em conta que ela se constitui dentro de uma determinada sociedade, dentro de um contexto sócio-ideológico específico e entre sujeitos históricos, o que acaba por determinar uma forma de se comportar e fazer com que os outros se comportem (Rocha, 1998). Esse embasamento teórico buscou apreender como a realidade é vista e sentida pelas crianças, mas também aspectos da vida social e da cultura em que estão inseridas.

Alguns desafios enfrentados durante a consulta concernem à operacionalização, ou seja, aspectos práticos da realização dos encontros com as crianças. O fato de não conhecermos de antemão como funcionava a dinâmica da comunidade onde foi realizada a consulta levou a um atraso na mesma, pois a comunicação entre o PSF local e a Associação de Moradores enfrentou problemas. Foi preciso estabelecer uma relação de confiança e colaboração com os parceiros locais da comunidade e, nesse sentido, foi fundamental que a responsável pela consulta estivesse presente na comunidade contatando os pais, juntamente com os parceiros locais, familiarizando-se com a dinâmica social local. Além de oferecer maior credibilidade à consulta, essa atitude permitiu o estabelecimento de vínculos com os moradores, que facilitaram sua inserção na comunidade durante todo o processo de consulta.

Outro aspecto que devemos destacar é a importância de uma redação clara do consentimento informado, pois isso diminui as dificuldades de compreensão dos pais na leitura. Ainda assim, alguns pais tiveram dúvidas e erros de compreensão, os quais foram devidamente esclarecidos, como por exemplo, assegurar que a consulta não buscava avaliar a educação dada por eles a seus filhos e filhas.



Estratégia ética



Procuramos prestar atenção às questões éticas envolvendo a consulta. Um termo de consentimento informado foi assinado por todos os responsáveis das crianças que participaram e as crianças estabeleceram um acordo verbal com os responsáveis pela consulta, concordando em participar. A importância do consentimento informado se deve ao fato de que este diz respeito ao respeito aos seres humanos, logo é preciso agir com sensibilidade e cuidado. Esse consiste num processo no qual a pessoa recebe uma explicação minuciosa sobre o procedimento, compreende o que foi proposto e decide consentir ou não com sua participação.

No consentimento em questão, algumas questões foram observadas para que a consulta não envolvesse riscos para os envolvidos. Dentre elas podemos destacar: o fato de que todos os envolvidos poderiam fazer perguntas e pedir informações sobre o projeto em qualquer momento; a participação das crianças no projeto era inteiramente voluntária e poderia ser interrompida a qualquer momento, sem prejuízo para ambas as partes e os nomes dos envolvidos foram mantidos confidenciais, apesar da publicação dos dados da consulta, o anonimato das crianças seria preservado.

Além disso, é importante ressaltar que o consentimento informado também previa que, caso a consultora notificasse experiências pessoais que estejam colocando em risco a vida de alguma criança, um assistente social fosse notificado. Todavia, como nenhum caso de violência física grave e/ou abuso sexual foi relatado, não foi preciso tomar tais providências.

Os resultados e discursos:

Durante a consulta, ouvimos as crianças relatarem a utilização de diversas formas de castigos físicos e/ou humilhantes aplicados por seus pais, com o argumento de educá-las. No sub-grupo de crianças de 5 a 8 anos, as crianças mencionaram receber uma punição reflexiva conhecida como “ficar de castigo”, com menos frequência do que no sub-grupo de crianças de 9 a 12 anos. Nesse segundo subgrupo também apareceram descrições de castigos aplicados com o auxílio de objetos, incluindo o cinto e o chinelo (os mais mencionados principalmente por pais de crianças de 5 a 8 anos). Um fator importante a se considerar na utilização do castigo é que as crianças que são castigadas fisicamente podem sofrer dificuldades acadêmicas (Kolko, 1992; Malinosky-Rummell & Hansen, 1993) e psicopatológicas como síndrome do estresse pós-traumático, depressão e alcoolismo (Whipple & Richey, 1997).

As crianças relataram sentirem-se humilhadas e impotentes quando apanham dos seus pais, pois não podem revidar a violência sofrida. A constante exposição à violência com que muitas fiquem suscetíveis a recorrerem mais facilmente a violência no trato com as outras pessoas ao verem seus pais ou figuras de autoridade se utilizarem do mesmo (Committee on Corporal Punishment, Society for Adolescent Medicine, 2003). Além disso, o castigo físico, quando aplicado por um longo período, não surte mais o efeito desejado pelos pais, ou seja, o comportamento infantil indesejado pelos pais segue acontecendo. O que as crianças afirmam é que não lembram o motivo pelo qual foram castigadas, mas o longo tempo transcorrido de castigo fica guardado em sua memória.

Os relatos de castigos humilhantes e castigos que envolvam a retirada de algo que as crianças gostam foram registrados nos dois sub-grupos da consulta, sendo que estes apareciam frequentemente associados ao uso do castigo físico. Apesar da violência sofrida, o que parece pesar na balança é a perda do tempo de brincar. A posição de algumas das crianças ouvidas é de que essas estratégias disciplinares são preteridas ao castigo físico, pois com essas são privadas de privilégios (brincar na rua, assistir ao programa favorito, entre outros). Como pode ser observado nos dois exemplos a seguir:

“eu prefiro levar uma palmada porque é melhor (...) A minha mãe não me bate não. Ela deixa 2 meses sem jogar videogame”. (Menino de 6 anos)

“eu acho pior o castigo. A coça você leva, mas depois você volta pra rua. O castigo não. Você fica lá sem fazer nada. Eu já fiquei de castigo um mês sem ir botar a cara no portão”. (Menina de 12 anos)

Algumas formas de punição foram listadas pelas crianças como sendo as piores. No sub-grupo de 5 a 8 anos, foram listadas: palmada no braço; ficar de castigo no banheiro; ficar de castigo no quarto; ficar sem jogar videogame; tomar moca⁵ na cabeça; paulada; puxão de orelha e chinelada. Devido ao comparecimento desigual de meninos e meninas, não pudemos inferir com segurança se as meninas recebem castigos mais “brandos” que os meninos em suas falas, apesar de termos tido relatos de que isso ocorre. Além das meninas estarem em minoria em ambos os sub-grupos da consulta, não tivemos exemplos dos castigos aplicados distintamente em relação aos sexos.

A mãe apareceu com mais freqüência nos depoimentos das crianças como quem mais aplica os castigos físicos, seguida dos irmãos e tios. Isso se deve, provavelmente, ao fato de passarem mais tempo com seus filhos. Acreditamos, no entanto, que as crianças também sejam disciplinadas dessa forma por outros parentes, o que pode ocorrer até mesmo com maior intensidade, mas por não serem tão freqüentes, não foram espontaneamente citados.

No que diz respeito a participação infantil, as crianças disseram que os pais escutam o que elas têm a dizer, destacando como uma obrigação efetiva dos pais. Todavia, de forma paradoxal, quando perguntados sobre o que lhes deixam tristes, citaram exemplos de ausência de escuta, de falta de consideração pelos seus sentimentos e bem-estar, o que indica que talvez o espaço de participação seja restrito. Segundo um menino de 5 anos: *“ a minha mãe briga sentada. Aí todo dia eu entro, mas ela não escuta. E aí minha mãe vai lá pra cozinha quando eu falo com ela. Ela me ouve mais ou menos.”*

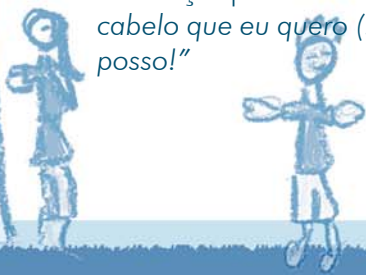
Além disso, há um desigual exercício de poder existente entre adultos e crianças, existente em função da dependência da criança em relação aos adultos e que tradicionalmente é exercido com base no autoritarismo, como observado na fala de um menino de 6 anos *“(...) eles mandam na gente e a gente não tem que mandar neles.”* Observamos também que não há, segundo o relato das crianças, um espaço de conversa quando elas se sentem tristes ou precisam de alguém para conversar.

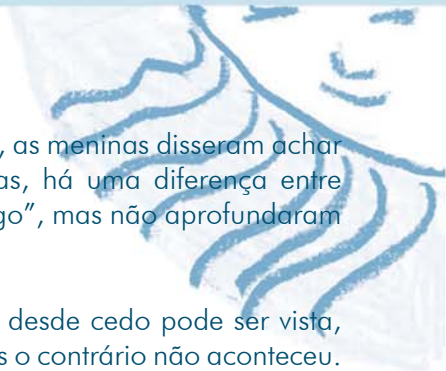
A fala de um menino de 5 anos explicita como a diferença de poder acaba por separar as crianças dos adultos: *“Falo não. Ninguém me ouve.”*, quando perguntado se algum adulto o ouvia quando ele se sentia triste. Apesar de termos ouvido relatos de crianças que procuram conversar com a mãe, a maioria indica que não o fazem, por sentirem que não são ouvidas efetivamente, como por exemplo na fala de um menino de 4 anos: *“Mais ou menos. Aí todo dia eu entro, mas ela não escuta. E aí minha mãe vai lá pra cozinha quando eu falo com ela. Ela me ouve mais ou menos.”*

De acordo com a fala de uma menina de 12 anos, isso se deve pelos adultos partirem do pressuposto que as crianças estão sempre erradas: *“Porque você sabe como os adultos começam:” Você tá errado! Quem mandou você fazer isso!? Cala a boca!”*. Quando perguntadas, todas as crianças consultadas relataram sentirem-se muito tristes e com raiva por não serem ouvidas por seus pais.

Ainda no discurso infantil observamos inúmeras questões de gênero, como diferenças no tratamento entre meninas e meninos, pois às primeiras são permitidas menos opções de lazer do que aos meninos. Meninos podem, entre outras coisas: namorar; ficar até tarde na rua e andar sozinhos na rua. Estas diferenças podem ser ilustradas pela fala de uma menina de 12 anos: *“menina não pode usar saia, o cabelo que eu quero (...) Meu irmão já pode raspar a cabeça, pode ir lá na esquina, pode sair.. eu não posso!”*

⁵ Uma forma de tapa.





Quando foram indagadas sobre o que pensam sobre essas situações, as meninas disseram achar péssimo e os meninos disseram achar muito legal. Segundo as meninas, há uma diferença entre meninos e meninas quanto ao uso do castigo físico e do “colocar de castigo”, mas não aprofundaram a reflexão a respeito dessas disparidades.

A diferença no trato que a sociedade reserva a meninas e meninos desde cedo pode ser vista, também, no fato das meninas afirmarem que gostariam de ser homens, mas o contrário não aconteceu. Por outro lado, os meninos reconheceram que, exatamente por serem meninos, não podem fazer certas coisas, como sentir dor porque logo as meninas “zoam” dizendo que são homens e não agüentam sentir dor. Quando questionadas sobre se meninos podem chorar, as crianças disseram que sim; no entanto, eles podem mas não devem chorar, como explicitado por um menino de 10 anos: “os homens não devem chorar porque são macho!”

Razões para o uso do castigo físico e humilhante

Observamos em ambos os sub-grupos que os motivos dados pelas crianças para os castigos infringidos por seus pais incluíam: a pirraça, a desobediência e o desrespeito aos pais e/ou cuidadores (avós e tios, principalmente). O desrespeito aos pais, segundo as crianças consultadas, consistiria em ofensas verbais, palavrões ou o ato de “respondê-los”. Esses relatos são indicativos de uma cultura ocidental *adultocêntrica*⁶, pois há uma ausência de diálogo tão marcada na nossa cultura, que o ato de uma criança responder ao seu pai ou responsável é encarado como uma afronta.

Além da ausência de diálogo, outra situação comum enfrentada pelas crianças é a perpetuação do ciclo da violência, na medida em que as crianças que apanham acabam, na maioria das vezes, por reproduzir o comportamento violento dos pais com outras crianças. Os pais acreditam que estão batendo para educar, mas utilizam a mesma justificativa para conter ou punir a violência das crianças quando estas apresentam comportamento agressivo. Isso pode ser observado no subgrupo de 9 a 12 anos, com relatos de crianças dizendo que apanhavam quando batiam nos irmãos. Como também pôde ser visto no relato de um menino de 6 anos: “É só quando eu bato nos meus colegas porque eles também me bate. Ai a minha mãe me bate e quando faço alguma coisa de mal e ela me bate.”

Conseqüências dos castigos físicos e humilhantes e alternativas

O tema, como era de se esperar, levantou sentimentos muito fortes das crianças, todavia, nosso objetivo não era fazer um julgamento moral sobre as situações apresentadas, mas sim mostrar como essas dinâmicas acontecem. Pudemos constatar em ambos os sub-grupos consultados, sentimentos como tristeza, infelicidade, depressão e, principalmente, dor e raiva quando os pais utilizam castigos físicos e humilhantes. De uma forma geral, pelas falas das crianças, notamos como elas se sentem rejeitadas, menosprezadas e marginalizadas por seus pais. A raiva foi unânime nos relatos infantis, aparecendo não só através do discurso e desenhos, como também de um certo desconforto corporal quando falavam sobre o tema.

⁶ Entendemos *adultocêntrica* como uma perspectiva que leva em consideração apenas às opiniões dos adultos acerca das questões referentes às vidas das crianças.

Observamos também, como no exemplo de uma menina de 12 anos, o desejo de revidar a violência sofrida: *“Dá vontade de dar uma porrada!”*. Outro aspecto a ser observado foi a transmissão geracional da violência na fala de crianças que apanham dos seus pais, como observado no seguinte exemplo de uma menina de 7 anos: *‘ Se meu filho não me obedecesse, eu pegaria a vassoura e bateria nele da mesma forma que minha mãe faz comigo.’*. As falas das crianças de 9 a 12 anos apresentaram sentimentos muito intensos sobre os castigos físicos recebidos, contando inclusive com o relato de uma menina de 12 anos afirmando que, após receber castigos físicos, sentia vontade de morrer e fugir de casa.

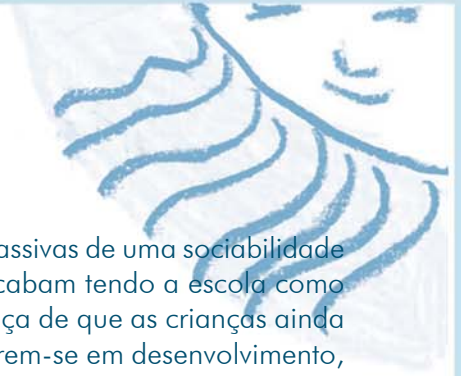
No sub-grupo de 5 a 8 anos, observamos que, quando questionadas sobre o que fariam com seus filhos caso eles fizessem algo que lhes desagradasse, o diálogo aparecia como primeira opção, com a aplicação do castigo físico como segunda opção, caso a criança re-incidisse no “mau” comportamento. Já no sub-grupo de 9 a 12 anos, ouvimos as seguintes alternativas: ameaça, castigo e diálogo, como forma de punir as crianças.

Quando as crianças foram indagadas diretamente sobre as alternativas que seus pais poderiam usar para discipliná-las, ao invés de utilizarem castigos físicos e humilhantes, a única possibilidade levantada foi não repetir o comportamento que desagradou seus pais, talvez porque o uso do castigo físico já seja legitimado e internalizado como correto. O fato de os castigos físicos e humilhantes serem justificados pelas crianças, nos remete ao entendimento histórico do que é ser criança no país. A tradição escravocrata brasileira ajuda a pensar na dinâmica de força disciplinar de alguém que tem mais poder ou força física poder exercer isso sobre o outro que está em condição de dependência, se utilizando de todos os recursos ao seu alcance para disciplinar, restringir e colocar limites.

A criança, pensada como ser em desenvolvimento, tem no adulto um responsável por seu bem-estar e desenvolvimento saudável. Essa herança escravocrata é visível atualmente no discurso infantil, onde as crianças afirmam que compreendem e justificam a educação violenta que recebem, pois não conseguiriam se controlar, logo, é necessário alguém que as controle, se utilizando porventura da força física. Apesar disso, há relatos de crianças que não concordam com os castigos recebidos. Ainda assim, essa educação perpetua o ciclo da violência, pois as crianças acabam aprendendo que a violência é um meio justificável para a resolução de seus problemas.



Considerações finais



Em uma sociedade em que as crianças são tidas como receptoras passivas de uma sociabilidade externa na qual elas têm pouco poder de mudar as coisas, as crianças acabam tendo a escola como espaço de mediação com a sociedade. Essa mediação parte de uma crença de que as crianças ainda não têm o conhecimento (mas os adultos têm), e que, por ainda encontrarem-se em desenvolvimento, não são seres inteiramente sociais, ou seja, essas abordagens dificultam a visão das crianças como agentes sociais ativas.⁷

Defendemos a participação infantil no desenvolvimento de metodologias, pois essa é também um ato político, ao desafiar a idéia tradicional de detenção do conhecimento, ajudando a ensinar as crianças a questionar quem tem o poder nos relacionamentos e tornando-as cidadãs mais ativas. Além disso, envolver as crianças em atividades de negociação, com seus colegas e adultos, respeitando outros pontos de vista e contribui para o desenvolvimento de uma comunicação entre as gerações, aumentando a chance das crianças serem ouvidas e suas opiniões serem levadas em consideração em outros processos.

É importante ressaltar que, de uma forma geral, os discursos das crianças denotaram uma aceitação de que seus pais utilizem castigos físicos como única medida educativa, ressaltando o quanto essa violência tida como menor é legitimada socialmente. Além disso, a transmissão geracional da violência é uma hipótese a ser considerada, pois algumas crianças, em seus discursos afirmam que educarão seus filhos com violência, “assim como seus pais”. Ato violentos, como observamos, fazem parte da realidade de muitas famílias, na medida em que foram freqüentes as falas infantis relatando brigas dentro de suas famílias e sua insatisfação com essa situação.

Há também um desejo expresso pelas crianças de passar mais horas de lazer com seus pais, não se limitando as atividades rotineiras, mas sim, realizar atividades aparentemente simples, como brincar e caminhar juntos, com demonstrações de afeto e uma escuta atenta. É preciso também prestar atenção à dor expressada pelas crianças ao serem castigadas fisicamente por seus pais, que, segundo falas infantis em nossa consulta, afetam os relacionamentos intrafamiliares.

O desafio principal de uma consulta com crianças é deslocar o papel tradicional de saber dos adultos, ouvindo as crianças em sua totalidade, sem super valorizar a perspectiva adulta, representada pelo responsável pela consulta. Acreditamos que a metodologia que utilizada foi bem sucedida na medida em que nos permitiu observar a interação das crianças.

⁷ Laerke, Anna (1998). By means of re-membering: notes on a fieldwork with English children. Anthropology today. Vol 14. No1.

Referências bibliográficas

DURRANT, Joan E. (2007). **Positive discipline – What it is and how to do it**. Save the Children Southeast Asia and the Pacific. ONU. Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (1989), Save the Children Suécia, Rio de Janeiro, Brasil.

CROWLEY, A.; VULLIAMY, C. **Listen up! Children talk about smacking**. Save the Children Wales Programme. (2006). **Estudo sobre a violência contra a criança**. Disponível online em: <http://www.violencestudy.org>

HARPER, K; HORNO, P.; MARTIN, F.; NILSSON, M.; LANSDOWN, G. O'FLYNN, M.; NEWELL, P. **Erradicando o Castigo Físico e Humilhante contra a Criança: Manual de Ação**. Save the Children Suécia e Aliança Internacional Save the Children, 2005. Disponível para download em <http://www.scslat.org/webpublicacionescategorias.php?xid=1&fontmore=1&xleng=p&xopcp=5&xopcs=1>.

INTERNATIONAL SAVE THE CHILDREN ALLIANCE (2003). **So you wanna consult with children: a toolkit of good practice**.

KOLKO, D. J. (1992) **Characteristics of child victims of physical violence: research findings and clinical applications**. Journal of Interpersonal Violence, Washington, v.7, n. 2, p.244-276, 1992.

Malinosky_Rummell, R., & Hansen, D. J. (1993). **Long-term consequences of childhood physical abuse**. Psychological Bulletin, 114, p68-79.

MONTANDON, C. (2005) **As práticas educativas parentais e a experiência das crianças**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 485-507, Maio/Ago. 2005

NEWELL, P.; ENNEW, J.; PLATEAU, D. (2004). **How to research the physical and emotional punishment of children**. Save the Children Southeast, East Asia and Pacific Region.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. (1997) In PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças: contexto e identidades**. Portugal: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança.

ROCHA-COUTINHO, M.L. A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: Souza, L.; Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. (Org). *Psicologia: reflexões (im) pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

TOLFREE, D.; WOODHEAD, M. **Tapping a key resource**. Early Childhood Matters – the bulletin of the Bernard van Leer Foundation, n.91, 1999.

Whipple, E. E. & Richey, C. A. (1997). **Crossing the line from physical discipline to child abuse: how much is too much?** Child Abuse and Neglect, 21, 431-444.



Promundo

O Promundo é uma ONG brasileira, fundada em 1997, que busca promover a igualdade de gênero e o fim da violência contra mulheres, crianças e jovens. O Promundo tem sua sede no Rio de Janeiro e realiza trabalhos local, nacional e internacionalmente tais como: (1) pesquisas relacionadas à igualdade de gênero e saúde; (2) implementação e avaliação de programas que buscam promover mudanças positivas nas normas de gênero e nos comportamentos de indivíduos, famílias e comunidades; e (3) advocacy pela integração dessas iniciativas e da perspectiva da igualdade de gênero em políticas públicas.



www.promundo.org.br

Rua México 31/1502 - Centro - Rio de Janeiro -RJ

Cep: 20031 - 904 - Brasil

Telefone / Fax:+55(21) 2215-5216

e-mail:promundo@promundo.org.br

